7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)

Rumo à multipolaridade? Tensões, alianças e o lugar do Brasil na ordem global

virtualmente no dia 06 de dezembro e presencialmente dos dias 12 a 14 de dezembro de 2024 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS)

Área temática: Teoria das Relações Internacionais

O ESTADO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO LATINO-AMERICANO¹

Enio Ramos Sacramento²

Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia

¹ A presente pesquisa diz respeito ao, ainda incipiente, projeto de dissertação iniciado no ano de 2024

² Pesquisador com bolsa para o desenvolvimento da pesquisa concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb).

Resumo

A presente pesquisa tem o intuito de examinar as possíveis contribuições teóricas do marxismo latino-americano a partir das elaborações realizadas sobre o Estado por Agustín Cueva e Ruy Mauro Marini. O Estado é apresentado na maioria dos manuais de Relações Internacionais (RI) como o ente mais importante entre os atores das relações internacionais, permeando os principais objetos de análise da disciplina. Contudo, como conceito ou instituição, poucos são os trabalhos que se aprofundaram em analisá-lo, fazendo com que sua definição seja considerada autoevidente e baseada na clássica noção que o Estado é uma totalidade nacional-territorial que detém o monopólio legítimo da violência e da produção e revogação de leis. Dito isso, para sua realização, o trabalho possui uma abordagem qualitativa de análise realizada por pesquisa bibliográfica com análise conceitual como meio de auxílio para responder ao questionamento de como os escritos dos pensadores marxistas latino-americanos tomados como exemplo podem contribuir para o estudo das RI. Sobre isso, acreditamos que a partir das reflexões desses autores, seja possível oferecer um arcabouço teórico para o entendimento sobre as características dos Estados, especialmente os considerados dependentes, sua organização interna do poder e das classes sociais, influenciando assim as assimetrias e contradições das relações internacionais.

Palavras-chave: Estado; marxismo; América Latina; Teorias das Relações Internacionais.

Introdução

As perspectivas teóricas marxistas, que, de forma resumida, são abordagens que visam oferecer uma visão ampla das relações sociais, bem como de suas transformações, condições de produção e da luta de classes na evolução do capitalismo, são de longa tradição e influência nas Ciências Sociais, especialmente na Ciência Política e Economia. Nas Relações Internacionais (RI), apesar de serem relegadas do campo de estudo, sobretudo nos primeiros “grandes debates” da disciplina, podemos encontrar a influência de autores, além de Karl Marx e Friedrich Engels, como Rosa Luxemburgo, Vladimir Lênin, Leon Trótski, Nicos Poulantzas e Antonio Gramsci em trabalhos de autores renomados na disciplina.

O distanciamento entre tais abordagens e as RI é apontada por Halliday (1987) por fatores como a rejeição anglo-americana ao marxismo, o desenvolvimento do campo durante a Guerra Fria, o silenciamento de abordagens convencionais em Ciência Política e Economia, pressões institucionais em prol da preocupação com fatores de ordem metodológica e de interpretação restrita, a preferência dos apoiadores e patrocinadores, entre outros. Do mesmo modo, Faruk Yalvaç e Jonathan Joseph (2024), explicam que esse afastamento também acontece por parte dos marxismos em relação à disciplina de RI, resgatando o argumento de John Maclean (1998) de que essa relação se trata de “um estranho caso de negligência mútua”.

Apesar disso, Bugiato (2020) afirma ser possível encontrar em manuais de Teoria de Relações Internacionais os marxismos como pertinentes ou possíveis teorias na área, porém em outros as perspectivas marxistas são apontadas como abordagens no bojo das Teorias Críticas (Özekin; Sune, 2021). Mesmo que existam discordâncias sobre “o lugar” dos marxismos em RI, isso não tem impedido o crescente número de trabalhos e debates que envolvem as abordagens marxistas, como a do Marxismo Político (Pfaler; Teschke, 2024), Desenvolvimento Desigual e Combinado (Rosenberg *et al.*, 2022; correntes gramscianas (Amusquivar, 2024) entre outras.

Esse conjunto de vertentes, *mais do que explicar e descrever as Relações Internacionais*, possuem o intuito, segundo Pedro Mendes (2019), de desconstruir criticamente as estruturas de poder dominantes, são correntes que mais do que se dirigem ao *campo de estudo* das RI, elas procuram atuar sobre as próprias relações internacionais. Dito isso, o entendimento do que se compreende por teoria nos parece fundamental, visto que, citando Robert Cox (1981), toda teoria serve a alguém e a algum propósito. Nesse sentido, Kenneth Waltz [1979](2002) defende que teorias simplificam a realidade, atuando de modo auxiliar na localização e identificação de objetos de interesse, sendo enunciados

que nos explicam sobre o mundo ao associar variáveis e determinar porque elas acontecem. Do mesmo modo, Mark Kauppi e Paul Viotti (2020), apontam que elas servem para facilitar o entendimento do mundo por meio da explicação causal fundamentada em condições e acontecimentos anteriores. Ressaltamos também a colocação feita por Raymond Aron (1967), que ao falar sobre uma teoria para as relações internacionais, sugere a *praxeologia*, ou seja, a teoria da prática, além de reconhecer o caráter eminentemente histórico das relações internacionais a ser considerado nas análises.

Com isso em mente, propomos nosso resgate do pensamento latino-americano, sobretudo ligado aos debates em torno da dependência, no sentido de buscar descentralizar as análises teóricas em RI, combatendo os pretensos universalismos e etnocentrismos presentes nas RI e nos marxismos. Cabe ressaltar que nossa análise tem base por um lado em Ruy Mauro Marini, com o pensamento fortemente ligado à tradição da Teoria da Dependência, por outro Agustín Cueva, considerado um dos principais críticos dessa tradição. Tal ressalva é importante porque, como demonstra Claudio Katz (2018), Cueva realizou críticas no sentido construtivo, ele apontava que as categorias de análise mobilizados pelos *dependentistas* tinham que ter mais conexões não só com o global, mas também endógenas para fundamentar a teoria. Além disso, Katz (2018) destaca a importância da síntese teórica de Marini e Cueva para o pensamento latino-americano em que o “encuentro de Cueva con Marini permitió decantar la teoría de la dependencia, depurar sus conceptos e incorporar aportes de otros pensadores (Katz, 2018, p. 100)”.

A partir de tais considerações que a presente pesquisa tem como ponto de partida a indagação sobre a possibilidade de compreender os escritos de Ruy Mauro Marini e Agustín Cueva, a síntese apontada por Katz (2018), como contribuições teóricas para as Relações Internacionais, sobretudo às vertentes marxistas da disciplina. Desse modo, olhando para conceitos e categorias específicas que expressamos nossa pergunta da seguinte forma: **Como a noção de autonomia relativa dos Estados dependentes em Marini e Cueva possibilitam pensar a soberania dentro dos marxismos nas RI?**

Dito isso, defendemos que a partir da pesquisa e reflexões acerca dos trabalhos dos autores citados, tais análises materialistas históricas podem oferecer um *arcabouço* explicativo para as características dos Estados, sobretudo, os dependentes quanto sua organização interna do poder e das classes sociais, refletindo assim as assimetrias e contradições das relações internacionais. Portanto, consideramos que o trabalho desses autores se dirige diretamente aos, considerados, objetos principais de nosso campo – o Estado e o sistema estatal – não havendo motivo para serem rejeitados como se fossem impertinentes às RI.

A ideia de Estado, apesar de central, pouco é desenvolvida de fato nas RI até mesmo nas principais correntes teóricas estado-cêntricas existentes no campo. Essa negligência não impediu o desenvolvimento do campo, mas o que questionamos nesta pesquisa é o tratamento dessa concepção como algo já resolvido, autoevidente e autoexplicativo. Outra indagação suscitada é o porquê dessa noção ser assim entendida, pois com o domínio da perspectiva realista durante a conformação da área enquanto campo de estudo e o Estado assumindo o centro da dinâmica internacional, sem questionamentos a respeito de características decisivas para seu entendimento, como seus atributos internos, sua formação histórica enquanto regulador das atividades domésticas e o quanto isso reflete na sua atuação no sistema internacional.

Dito isso, visamos oferecer um maior entendimento a respeito da ideia de Estado, sobretudo, latino-americano, a partir da determinação realizada por ambos autores – Marini e Cueva - de que são Estados dependentes condicionados pelo desenvolvimento do capitalismo no âmbito global. A partir disso, entender suas formações históricas internas quanto aos processos de disputas de classes e formação de grupos/frações dominantes, de modo a abrir a “caixa-preta” e demonstrar que os aspectos internos são determinantes para a atuação internacional.

A escolha dos autores é baseada no potencial que ambos têm a oferecer ao campo das RI para fornecer elementos de estudo para algo tão central na área. Vale ressaltar que a preferência em trabalhar com dois e não apenas um deles, é explicada pelo grau de relação em seus escritos, já que além de uma trajetória pessoal e intelectual semelhante e mesmo que possuam discordâncias em determinadas questões, suas ideias podem ser complementadas, possibilitando assim uma formulação mais sólida a respeito da discussão pretendida.

Modelo analítico

Ao tratar dos aspectos relativos à metodologia, precisamos esclarecer a princípio que o presente estudo possui uma natureza teórica-descritiva, ou seja, diferente das análises de caráter empírico-causal que se vale de fatos e acontecimentos, na pesquisa de teórica lidamos com conceitos e argumentos, o que, naturalmente, deve ser analisado por uma lógica diferente. Além disso, é importante observar que, assim como as análises empíricas possuem uma variedade de métodos e abordagens analíticas, existem metodologias próprias que podem ser empregadas nas pesquisas teórica, tais como

genealogia dos conceitos, história das ideias, equilíbrio reflexivo, análise conceitual, etc. Em nosso estudo a análise conceitual e a forma materialista-histórica dialética guiará a análise.

Dito isso, na presente pesquisa faremos um quadro de como a temática do Estado, sobretudo a categoria “Estado dependente” aparece nas obras de Cueva e Marini em que serão abarcadas entrevistas, livros, artigos, palestras, aulas e demais publicações mapeáveis. Dentre elas se destacam como objetos de análise em Cueva obras como *El desarrollo del capitalismo en América Latina* (1977), *El Estado latino-americano en la crisis del capitalismo* (1981), *El análisis “posmarxista” del Estado latinoamericano* (1988) e *El estado latinoamericano y las raíces estructurales del autoritarismo* (1989). Já em Marini, destacamos *Dialética de la dependencia* (1972), *Estado y crisis en Brasil* (1977), *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo* (1977). Ainda, o repositório online das revistas dos anos 1970 da Universidad Nacional Autónoma de México constitui uma fonte a ser analisada.

O Estado nas Relações Internacionais

Uma noção fundamental para a discussão de soberania é a de Estado, o qual na maioria dos manuais de RI aparece como o ente de maior importância entre os atores do sistema, permeando os principais objetos de análises das mais variadas correntes do campo. Porém, como afirma Peter Stirk (2015, p. 1), essa “centralidade não precisava ser acompanhada pelo paradoxo de sua negligência”, porque como conceito ou instituição, ao longo do desenvolvimento do campo, poucos foram os trabalhos teóricos que se aprofundaram em sua análise (Halliday, 2007; Bugiato, 2017). Além disso, sua definição é considerada autoevidente e baseada na explicação clássica, derivada de Max Weber (1982), onde o Estado é uma totalidade nacional-territorial que detém o monopólio legítimo da violência e da produção e revogação de leis.

Como destaca Stirk em *The Concept of the State in International Relations* (2015), essa definição, que ganhou força com a noção vestfaliana de Estados soberanos e juridicamente iguais, tem sido contestada e considerada historicamente obsoleta desde o fim da Guerra Fria, um período o qual o estudo das Relações Internacionais ganhou forma como disciplina e o Estado assumia o papel central no estudo da política desde um período anterior.

As RI se tornaram uma disciplina junto ao advento da centralidade estatal e consolidou sua produção teórica a partir desse marco, assim sendo, o questionamento sobre o papel de protagonista no campo de estudo e sua conceitualização é também uma

contestação a disciplina em si e como ela se desenvolveu (Bartelson, 1988). Essa contestação deve ser crítica e bem articulada, pois pensar em “o que é o Estado?”, é acompanhado de projeções imaginações sobre o que este ente pode ser ou representa, dependendo da região e período histórico, por exemplo. Sendo assim, o que seria mais interessante: um conceito mais estável ou um mais fluido, polissêmico, como apresenta Katharina Höne (2014)?

Acompanhada a noção de Estado temos a ideia de soberania, entendido como princípio fundamental para o entendimento política internacional desde o seu mito fundante em 1648, que estabelece a capacidade e o direito de autodeterminação política, militar e econômica do Estado em seu território. Ou seja, se baseia no direito supremo e inalienável do Estado em exercer os poderes legislativo, executivo e judicial em seus limites territoriais, sejam em relação a coletividades ou pessoas singulares.

A origem da soberania, apesar de ter um marco fundador para relações internacionais, possui origens distintas que perpassa bases políticas e filosóficas, direito internacional público e a geografia. (Kaiser, 2010; Mathieu, 2020; Oliveira, 2021). Sua noção clássica está fortemente amparada nas correntes realistas, que defendem o Estado como o ente de maior importância na política internacional, tendo as contribuições de Raymond Aron, Hans Morgenthau como os principais pilares. Nos trabalhos de Stephen Krasner, o realista subversivo³, que encontramos as análises mais aprofundadas sobre a questão, em que podemos citar a distinção conceitual feita pelo autor para os diferentes significados de soberania como (a) soberania de interdependência - relacionada ao controle fronteiriço do Estado; (b) soberania doméstica - que diz respeito a estrutura de autoridade e controle dentro do Estado; (c) soberania vestfaliana - que refere-se ao Estado como autoridade única que detém o monopólio das tomadas de decisão em seu espaço territorial e (d) soberania legal internacional que diz respeito ao reconhecimento concedido entre os Estados juridicamente (Krasner, 2001).

Nas abordagens marxistas, Benno Teschke (2003) foi um dos que mais se aprofundou no estudo soberania e Estado nas Relações Internacionais, ao explorar, via o marxismo político, a construção de “mito de 1648” como fundantes das relações internacionais modernas e demonstrar que o entendimento periodizado das relações internacionais com base no mito ofusca que esse evento foi culminante para a formação do Estado absolutista. Para isso, Teschke (2003) com base na abordagem

³ Cf.KEOHANE, Robert O., Stephen Krasner: Subversive Realist. APSA 2010 Annual Meeting Paper, 2010. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1643351>

histórico-materialista dialética desmistifica Vestfália desvendando as relações sociais e de soberanias que possibilitaram o estabelecimento dessa ordem.

Meu argumento é que as relações geopolíticas nitidamente não modernas entre comunidades dinásticas e outras comunidades políticas pré-modernas caracterizaram o sistema de Vestefália. Embora as relações fossem competitivas, elas não eram determinadas nem pela anarquia estrutural, nem pela territorialidade exclusiva. Em vez disso, estavam enraizadas em relações de propriedade social pré-capitalistas. A lógica das relações interdinásticas estruturou a ordem geopolítica do início da modernidade até a transição regionalmente altamente desigual e prolongada do século XIX para a modernidade internacional. A constituição social do sistema geopolítico absolutista, seu modo de operação e a lógica de sua transformação, no entanto, não são suficientemente compreendidos nas teorias tradicionais de RI, sejam elas de origem (neo)realista ou construtivista. Portanto, se a geopolítica europeia foi caracterizada pelo dinasticismo muito além de 1648, precisamos reconsiderar a importância do “tema vestefaliano” como um ponto de virada geopolítico para a comunidade de RI (Teschke, 2003, p. 217, tradução nossa⁴).

De modo geral, em RI, tradicionalmente, o entendimento de soberania está condizente com as distinções de Krasner que apresentamos acima, mas cabe notar que como explica Jens Bartelson (2006) existem perspectivas, as quais ele caracteriza como nominalistas, que entendem o conceito como histórica e socialmente construída, estando relacionada a ação e a política de poder. Em nosso estudo, apesar de não nos considerarmos como pertencentes a visão nominalistas como descrita por Bartelson, entendemos que o conceito de soberania é passível de ser questionado e que o exercício do poder político, econômico e social é essencial para entender esse processo. Ao nos referirmos aos Estados dependentes, as contradições com a ideia de soberania aos moldes tradicionais aparece no próprio termo “dependente”, como seria possível o Estado ser dependente de soberano? Antes de passarmos por essa pergunta, vejamos algumas considerações sobre o Estado dependente.

No âmbito das abordagens marxistas em RI o Estado representa uma série de instituições coercitivas e administrativas específicas, sendo uma expressão do interesse de

⁴ No original: My argument is that distinctly non-modern geopolitical relations between dynastic and other pre-modern political communities characterized the Westphalian system. While the relations were competitive, they were determined neither by structural anarchy, not by exclusive territoriality. Rather, they were rooted in pre-capitalist social property relations. The logic of inter-dynastic relations structured the early modern geopolitical order until the regionally highly uneven and protracted nineteenth-century transition to international modernity. The social constitution of the absolutist geopolitical system, its mode of operation, and the logic of its transformation are, however, insufficiently understood in standard IR theories, be they of (Neo-)Realist or Constructivist provenance. It follows that, if European geopolitics was characterized by dynasticism well beyond 1648, we need to reconsider the significance of the 'Westphalian theme' as a geopolitical turning point for the IR community.

classe ou econômico (Halliday, 2007), como também por ser o responsável por manter a coesão de uma formação social, seu funcionamento e reprodução (Bugiato, 2014; 2017; Berringer, 2015). Como explica Fred Halliday (2007), os marxistas compreendem que o Estado representa uma série de instituições coercitivas e administrativas específicas, além de uma expressão do interesse de classe ou econômico. Para mais, é mister compreender a ligação do Estado com o sistema ou aspecto econômicos, pois sua configuração está fundada na sociedade civil, o espaço da realidade social no qual as classes se formam e se contradizem (Falcetti, 2018). Ainda, como explicamos, o Estado é a representação da classe dominante, mesmo que possua mecanismos que lhe conceba uma “autonomia relativa”, ou seja, o Estado não detém de um bloco hegemônico devido a existências de relações de forças entre as frações de classe dominante e as relações entre os aparelho estatais. Sendo assim, o Estado vive em constante disputas internas que devem ser consideradas ao analisar a atuação e decisões em política externa (Poulantzas, 2000; Bugiato, 2014; Berringer, 2015; Falcetti, 2018)

Feito esse resgate, ao se tratar dos Estados latino-americanos é preciso considerar o caráter dependente fruto do processo histórico e econômico que passa por uma forte experiência colonial e um período de forte repressão e violência nos governos ditatoriais, sendo movimentos que deram um perfil tanto as suas dimensões internas, quanto nas dimensões externas. Nas palavras de Bichir (2017, p. 41-42) refere-se a “identificar o processo de integração da América Latina ao mercado capitalista mundial, de um lado, e de compreender a construção das formações sociais latino-americanas, de outro, movimentos que estão intimamente articulados”.

Bichir (2017), entende que para estudar tais estados precisamos ter por base uma teoria geral do Estado capitalista, devido à existência de uma estrutura jurídico-política de modo de produção frequente aos Estados capitalistas. Porém, esse tipo de análise não tem o objetivo de demonstrar que o Estado formado na América Latina - capitalista e dependente - não é o mesmo formado nos países centrais.

Tal argumento, contudo, não pretende negar ou ocultar a existência de diferenças significativas entre os Estados dos países dominantes e os Estados dos países dominados, mas sim se contrapor à ideia de que o Estado capitalista dependente possui uma estrutura particular e de que seria necessária, portanto, uma teoria do Estado capitalista dependente. Ambos constituem o mesmo tipo de Estado, o Estado capitalista, que possui uma estrutura jurídico-política própria a esse modo de produção (Bichir, 2017, p. 42)

Ao se aprofundar mais nessa temática, englobando as explicações sobre os Estados na América Latina em Jaime Osório, Bichir (2024) defende que a categoria Estado

dependente deve ser entendida como fundamental no âmbito da TMD e uma forma específica do Estado capitalista. Ela defende que a agenda de pesquisa sobre o Estado dependente ainda está em construção e explica que

A análise do Estado dependente na América Latina requer que identifiquemos o processo de integração da região ao mercado capitalista mundial e o papel por ela cumprido na divisão internacional do trabalho e na política mundial, destacando o caráter dependente e subordinado de tais Estados frente aos Estados imperialistas, revelando, como fizeram as/os autores da TMD, processo de transferência de valor e a superexploração da força de trabalho que fundamentam sua dependência, mas também, que nos empenhemos, com a mesma força, em desvelar como se construiu a estrutura de classes em nossa região, quem são os setores das classes trabalhadoras mais superexploradas/superexplorados, como se articulam e sobre quais bases se assentam as relações de dominação, opressão e subordinação nessas sociedades, sobre quem recai com mais força a estrutura repressiva do Estado, sobre o acesso desigual aos direitos civis, políticos e sociais e ao sistema jurídico (Bichir, 2024, p. 231)

O Estado dependente - considerações parciais

Com isso em mente, nosso estudo se baseará na anteriormente mencionada síntese teórica entre Ruy Mauro Marini e Agustín Cueva apontada por Katz (2018), para investigar as características da categoria “Estado dependente” e aproximar com o debate sobre o Estado nas RI. Segundo, Katz, tal síntese nos possibilita o estudo sobre a América Latina em três esferas de análise

En el plano económico la región es subdesarrollada en comparación a los países avanzados. En la división internacional del trabajo Latinoamérica ocupa un lugar periférico, contrapuesto a la inserción privilegiada que detentan las potencias centrales. En el aspecto político padece dependencia, es decir márgenes de autonomía estrechos y contrapuestos al rol dominante que ejercen los imperios (Katz, 2018, p. 101).

Nosso estudo, então, busca entender o conjunto dessas características para responder à pergunta “**Como a noção de autonomia relativa dos Estados dependentes em Marini e Cueva possibilitam pensar a soberania dentro dos marxismos nas RI?**”, contribuindo para uma agenda de estudos ainda em construção (Bichir, 2024), como para considerações teóricas descentralizadas e próprias do pensamento latino-americano. Veja

O equatoriano Agustín Cueva (1983), parte do pressuposto de que o Estado não deve ser entendido como uma abstração, sendo necessário partir da matriz econômico-social histórica em uma *totalidade internacional*, além de entender que ao analisar a América Latina não devemos enquadrar os Estados em uma “teoria geral”, visto que sua manifestação congrega os elementos do Estado burguês com as peculiaridades

socioeconômicas regionais e de classes. Para mais, Cueva em mesa redonda com a participação de Marini, Arnaldo Córdova, Clodomiro Almeida e Sergio Bagú, ressalta ser preciso compreender que o Estado cubano é um caso particular devido à sua formação socialista, o que faz com que cumpra funções diferenciadas daquelas dos demais Estados capitalistas (Cueva *et al.* 1975).

Cueva *et al.* (1975) pontua que os Estados latino-americanos não devem ser denominados como “Estados capitalistas” como os EUA e os demais europeus, na América Latina se constituem “Estados capitalistas de países atrasados e dependentes”, uma situação resultante da subordinação ao sistema mundial imperialista em que estão inseridos (Cueva *et al.* 1975). Além disso, Cueva (1981), destaca que esta condição, associada ao desenvolvimento desigual imposto pelo sistema, impediu que os Estados da região atingissem a maturidade política.

A partir da obra literária de Cueva *Entre la ira y la esperanza* (1976), mesmo ao se referir ao processo de formação equatoriano, Andrés Tzeiman (2017) explica que elementos gerais sobre o Estado dependente na região podem ser percebidos, como suas características estarem entrelaçadas ao papel que a nação irá cumprir no sistema mundial. Desse modo, seu papel está restringido, visto que sua posição é associada a uma dinâmica global de reprodução do capital e aos interesses das potências dominantes. Ainda, é destacado uma especificidade latino-americana, a qual seria sua inserção com um sistema imperialista que influencia fortemente o estabelecimento de funções estatais.

Para mais, Cueva (1983) explica que tal modo de vislumbrar o Estado na América Latina permite a periodização de seu desenvolvimento começando do estado de “anarquia”, passando pelo período oligárquico até chegar na fase capitalista, ressaltando que desde a independência até o início do século XX, podemos entender o Estado na região como oligárquico e dependente.

No pensamento de Ruy Mauro Marini a ideia de Estado aparece como o aparato burocrático-repressivo em que uma classe dominante exerce seu poder, sendo ele o ápice do sistema de dominação (Marini, 1976). Por um panorama histórico, explica Marini, na América Latina o Estado começa a se constituir em 1840, depois das independências, já que para ele a formação estatal colonial era um apêndice do Estado metropolitano, ou seja, não sendo algo separado e caráter próprio (Cueva *et al.*, 1975; Cueva, [1989] 2012). Para Marini (Cueva *et al.*, 1975, Marini, 1977), após as independências, os Estados surgiram da disputa entre as frações classes em busca da hegemonia, sobressaindo, assim, os interesses burgueses.

Ao longo dos anos, explica Marini, as características do Estado vão se modificando, sendo primeiro uma formação estatal baseada na economia exportadora, que ele denomina como Estado oligárquico-burguês, que dá lugar ao Estado-burguês que começa surgir em 1930 com a ascensão da burguesia média, comercial e industrial, e sua aliança com a antiga burguesia que detém a propriedade de terra e que também é mercantil. Este último passa por crises e transformações, que se destaca a formação de uma burguesia voltada ao grande capital associado ao capital estrangeiro, que se utiliza de políticas autoritárias para manter a hegemonia (Cueva et al., 1975, Marini, [1973] 2000; Martins, 2016). O modelo de Estado dependente que se forma, com sua burguesia diretamente ligada aos países centrais, impõe uma posição de autonomia relativa dos Estados, vistos que suas decisões político, sociais e econômicas, tanto em relação doméstica quanto internacional operam condicionadas aos interesses dessa classe dominantes, que por sua vez estão ligadas aos interesses dos países capitalistas centrais.

Conclusões parciais

O presente trabalho, um estudo ainda em fase incipiente, visou demonstrar de forma breve como a discussão conceitual sobre o Estado é apresentado nas Relações Internacionais, para isso transitamos pela visão apresentada tradicionalmente nas Teorias de Relações Internacionais, discutindo a ideia de soberania, uma noção fundante e caracterizante do papel do principal ator da política internacional. Apresentamos de modo breve as visões marxistas sobre essas questões, as quais sobretudo questionam como suas definições são feitas e operadas, descaracterizando aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos. Por fim, adentramos superficialmente nas considerações da Teoria Marxista da Dependência e as colocações de Ruy Mauro Marini e Agustín Cueva.

A compreensão de ambos os autores parte da necessidade de entender o Estado na região como dependente, o que influencia e determina seus aspectos políticos, econômicos e sociais. Outra questão é o caráter das relações de classe ao pensar o Estado, que neste caso está relacionada à interação entre a burguesia dominante dependente do plano doméstico e a classe burguesa dominante capitalista no plano internacional. Ainda, é destacado o papel da burguesia - seja ela industrial, comercial ou monopolista - em Marini (Cueva et al., 1975; Marini, 2000) o desenvolvimento da burguesia nacional reflete no surgimento do Estado burguês, já em Cueva, de modo semelhante, a envergadura nacional burguesa, forma e diferencia cada país da região.

Referências bibliográficas e outras fontes

AMUSQUIVAR, Érika Laurinda. Gramsci na Teoria de Relações Internacionais: Uma Análise dos Conceitos. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, v. 9, n. 14, p. 64–76, 2024.

ARON, Raymond. What Is a Theory of International Relations? **Journal of International Affairs**, vol. 21, n. 2, 1967, p. 185–206.

BARTELSON, J. Second Natures: Is the State Identical with Itself? **European Journal of International Relations**, v. 4, n. 3, p. 295–326, set. 1998. Disponível em: <http://bit.ly/46eCPrF>. Acesso em: 04 ago. 2023.

BARTELSON, J. The Concept of Sovereignty Revisited. **European Journal of International Law**, v. 17, n. 2, p. 463–474, 2006.

BERRINGER, T.. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula**. 1a edição ed. Curitiba, PR: Editora Appris, 2015.

BERRINGER, T.. O conceito de Estado para os estudos realistas das relações internacionais: uma análise sobre a obra A política entre as nações de Hans Morgenthau. **Plural**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 16-37, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/46cg7As>. Acesso em: 13 ago. 2023.

BERRINGER, Tatiana. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula**. 1a edição ed. Curitiba, PR: Editora Appris, 2015.

BICHIR, M. M. **A questão do Estado na Teoria Marxista da Dependência**. 2017. 205 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

BICHIR, M. M. A teoria marxista da dependência e a categoria Estado dependente. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 213–236, 2024. DOI: 10.9771/gmed.v16i2.59406. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/59406>

BUGIATO, C. A cadeia imperialista das relações interestatais: a Teoria do Imperialismo de Nicos Poulantzas. **REVISTA QUAESTIO IURIS**, v. 7, n. 2, p. 453–468, 28 out. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/45bZhQM>. Acesso em: 07 ago. 2023.

BUGIATO, C.; TRINDADE, T.. O Estado nas Relações Internacionais. **OIKOS**, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 13, p. 39-52, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/45bufbG>. Acesso em: 07 ago. 2023.

BUGIATO, Caio. A cadeia imperialista das relações interestatais: a Teoria do Imperialismo de Nicos Poulantzas. **REVISTA QUAESTIO IURIS**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 453–468, 2014. DOI: 10.12957/rqi.2014.13420. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/view/13420>.

CUEVA, A. El Estado latinoamericano en la crisis del capitalismo. **Investigación Económica**, v. 40, n. 157, p. 257–271, 1981.

CUEVA, A. El estado latinoamericano y las raíces estructurales del autoritarismo [1989]. In: TINAJERO, F. (Org.). **Agustín Cueva: ensayos sociológicos y políticos**. Série Pensamiento Político Ecuatoriano. Quito–Ecuador: Ministerio de Coordinación de la Política y GAD, 2012. p. 143-156.

CUEVA, A. **O desenvolvimento do capitalismo na América-Latina**. São Paulo: Global Ed., 1983.

CUEVA, A.; CÓRDOVA, A.; ALMEYDA, C.; MARINI, R. M.; BAGÚ, S. El Estado en América Latina (mesa redonda). **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, [S. l.], v. 21, n. 82, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3tcjIFs>. Acesso em: 17 set. 2023.

FALCETTI, Bruno. O Marxismo e a crítica da Política Internacional. **Political Observer | Revista Portuguesa de Ciência Política**, n. 10, p. 79-103, 12 mar. 2018. Disponível em: <https://rpcp.pt/index.php/rpcp/article/view/16>.

HALLIDAY, F. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

HALLIDAY, F. Vigilantism in international Relations: Kubálková, Cruickshank and Marxist theory. **Review of International Studies**, v. 13, n. 3, p. 163–175, jul. 1987

HÖNE, K. E. **The state-as-person in international relations theory**. 2014. 323 f. Tese (Ph.D. in International Politics) - Department of International Politics, Aberystwyth University, UK, 2014.

KAISER, Stefan A. El ejercicio de la soberanía de los Estados. In: RAMÍREZ, Manuel; UHLENBROCK, Klaus; UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO; et al (Orgs.). **Soberanía y juridificación en las relaciones internacionales**. 1. ed. México, D.F: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Jurídicas : Facultad de Estudios Superiores Acatlán, 2010, p. 85-105

KATZ, Claudio; Críticas y convergencias con la Teoría de la Dependencia; Centro de Estudios Latinoamericanos "Justo Arosemena"; **Tareas**; 159; 5-2018; 85-108.

KAUPPI, M. V.; VIOTTI, P. R.. **International relations theory**. Sixth Edition ed. Lanham: ROWMAN & LITTLEFIELD, 2020.

KRASNER, Stephen D. Abiding Sovereignty. **International Political Science Review**, v. 22, n. 3, p. 229–251, 2001. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0192512101223002>.

LAKE, D. A. **The State and International Relations**. [s.l.] Oxford University Press, 2008.

MACLEAN, John. Marxism and International Relations: A Strange Case of Mutual Neglect. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 17, n. 2, p. 295–319, 1988. Disponível em:

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**: uma antologia de Ruy Mauro Marini. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis/RJ: Vozes: Buenos Aires: CLACSO, 2000. 295 p.

MARINI, R. M.. Estado y crisis en Brasil. **Cuadernos Políticos**, número 13, Ediciones Era, México, julio-septiembre de 1977, pp. 76-84.

MARINI, R. M.. La pequeña burguesía y el problema del poder. In: **El reformismo y la contrarrevolución**. Estudios sobre Chile. Ediciones Era, Serie Popular, México, 1976.

MARTINS, C. E. O legado de Ruy Mauro Marini para as ciências sociais : a economia política do capitalismo dependente. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, n. 9, p. 13–31, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3rx1b0E>. Acesso em: 04 ago. 2023.

MATHIEU, Xavier. Sovereign myths in international relations: Sovereignty as equality and the reproduction of Eurocentric blindness. **Journal of International Political Theory**, v. 16, n. 3, p. 339–360, 2020

MENDES, P. E. As teorias principais das Relações Internacionais: uma avaliação do progresso da disciplina. **Relações Internacionais**, n. 61, p. 95–122, mar. 2019.

MORAVCSIK, A. Taking Preferences Seriously: A Liberal Theory of International Politics. **International Organization**, v. 51, n. 4, p. 513–553, ed 1997.

OLIVEIRA, Alice C. O Debate Contemporâneo Sobre o Princípio de Soberania na Literatura Ocidental de Relações Internacionais. **Revista Neiba**, Cadernos Argentina Brasil, v. 10, n. 1, p. e58704, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/>

ÖZEKIN, M. Kürşad; SUNE, Engin. Relevance and Contributions of Marxism as a Critical Theory. In: _____; _____. (Orgs.). **Critical approaches to international relations: philosophical foundations and current debates**. Leiden ; Boston: Brill, 2021, p. 24-47. (Studies in critical social sciences, Volume 205).

PFALER, Lauri Von; TESCHKE, Benno. Quo Vadis, Historical International Relations? Geopolitical Marxism and the Promise of Radical Historicism. **Uluslararası İlişkiler Dergisi**, v. 21, n. 82, p. 21–40, 2024.

ROSENBERG, J.; ZARAKOL, A.; BLAGDEN, D.; RUTAZIBWA, O.; GRAY, K.; CORRY, O.; MATIN, K.; ANTUNES DE OLIVEIRA, F; COOPER, L.. Debating Uneven and Combined Development/Debating International Relations: A Forum. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 50, n. 2, p. 291–327, 2022.

SIDDAWAY, A. P.; WOOD, A. M.; HEDGES, L. V. How to do a systematic review: a best practice guide for conducting and reporting narrative reviews, meta-analyses, and meta-syntheses. **Annual Review of Psychology**, v. 70, 2019, p. 747-770.

STIRK, P.. Introduction: The Concept of the State in International Relations. In: SCHUETT, R.; STIRK, P. (Orgs.). **The concept of the State in international relations**: philosophy, sovereignty, cosmopolitanism. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2015.

TESCHKE, Benno. **The myth of 1648**: class, geopolitics, and the making of modern international relations. London ; New York: Verso, 2003.

TZEIMAN, A.. Agustín Cueva en la década de 1960: dilemas acerca de cultura e identidad ecuatoriana. **Revista de Ciencias Sociales**, n. 57, 2017. Disponível em : <https://bit.ly/46fJGRS>. Acesso em: 30 ago. 2023.

VICTOR, L. Systematic Reviewing. **Social Research Update**, issue 54. University of Surrey, 2008.

VIGEVANI, T.; MARTINS, A. R. A.; MIKLOS, M.; Rodrigues, P.. A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 83, p. 111-143, 2011.

WALTZ, K. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

WENDT, A. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, v. 46, n. 2, p. 391–425, 1992.

YALVAÇ, Faruk; JOSEPH, Jonathan. Introduction: Marxifying IR, IRifying Marxism. **Uluslararası İlişkiler Dergisi**, v. 21, n. 82, p. 5–20, 2024.